
Acta n.º 9

**Reunião Ordinária do Conselho Intermunicipal
da
Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra**

No dia 13 de maio de 2014, pelas 15h30m, na sede da CIM Região de Coimbra, em Coimbra, reuniu o Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra devidamente convocado pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, João Albino Rainho Ataíde das Neves, ao abrigo da alínea c), do artigo 92.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Aprovação de Atas

Discussão e Aprovação da Ata n.º 8, de 08/04/2014

Período Antes do Ordem do Dia

1. Análise do modelo de promoção da Região de Coimbra, no âmbito da Turismo Centro de Portugal;
2. Participação em eventos promovidos pelo NERC.

Ordem do Dia

1. Informações

- 1.1. Reunião com STAL;
- 1.2. Candidatura para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para combate em incêndios em espaços naturais;
- 1.3. Adenda ao Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global;
- 1.4. Deliberação da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro - Mais Centro;
- 1.5. Realização de reunião de trabalho sobre empreendedorismo social, promovido pelo IES.

2. Propostas

- 2.1. Validação do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região de Coimbra;
- 2.2. Proposta de Constituição do Conselho Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal;

2.3. Bolsa de Eventos Regionais 2014 / Turismo Centro de Portugal.

2.4. Assinatura de protocolos com as corporações de Bombeiros no âmbito da candidatura para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para combate em incêndios em espaços naturais;

2.5. Aprovação da Candidatura ao Programa de Assistência Técnica do Mais Centro, 2014 e 2015.

3. Projetos Intermunicipais

3.1. Proposta de Regulamento para Concurso Regional de Empreendedorismo “Construir Futuras na Região de Coimbra” – Edição 2014

4. Serviços de Contabilidade

4.1. Resumo Diário de Tesouraria

5. Outros assuntos

5.1 Ação Judicial por encerramento e desclassificação dos Tribunais Judiciais.

Ω

À hora anunciada na convocatória, o Presidente do Conselho Intermunicipal, adiante designado Presidente do CI, fez circular a lista de presenças para assinaturas dos presentes, que se junta como anexo à presente ata, tendo-se verificado a existência do quórum necessário pela participação de:

Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Figueira da Foz, João Albino Rainho Ataíde das Neves;

Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal e Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, José Carlos Alexandrino Mendes;

Vice-Presidente da Câmara Municipal Arganil, Luís Costa, em representação do presidente da Câmara Municipal de Arganil

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, Helena Teodósio, em representação do Presidente da Câmara Municipal de Cantanhede;

Vereadora da Câmara Municipal de Coimbra, Carina Gomes, em representação do presidente da Câmara Municipal de Coimbra;

Presidente da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, Nuno Moita;



Presidente da Câmara Municipal de Góis, Mário Garcia;
Presidente da Câmara Municipal da Lousã, Luís Antunes;
Presidente da Câmara Municipal de Mira, Raul Almeida;
Presidente da Câmara Municipal de Miranda do Corvo, Miguel Baptista;
Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, Emílio Torrão;
Presidente da Câmara Municipal da Mortágua, Júlio Norte;
Vice-presidente da Câmara Municipal de Arganil, José Mendes, em substituição
Presidente da Câmara Municipal de Penacova, Humberto Oliveira;
Presidente da Câmara Municipal de Penela, Luís Matias;
Presidente da Câmara Municipal de Soure, Mário Nunes;
Presidente da Câmara Municipal de Tábua, Mário Loureiro;
Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, João Henriques.

Na reunião esteve igualmente presente o 1.º Secretário Executivo Intermunicipal da CIM-RC, Jorge Bento.

Estiveram também presentes o chefe do gabinete de apoio ao investimento do município de Coimbra, Jorge Brito, bem como o Vereador Pedro Castro da Câmara Municipal de Cantanhede.

O Presidente do CI, João Ataíde, verificada a qualidade, identidade e legitimidade dos presentes, declarou aberta a sessão pelas 15,30 horas, dando início aos trabalhos.

Ata da Reunião anterior

Foi dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, 8.ª Reunião Ordinária do CI, uma vez que a mesma tinha sido distribuída antecipadamente pelos presentes, não tendo sido suscitada qualquer correção ao documento distribuído.

Sem pedidos de intervenção, o Presidente do CI, pôs de imediato a votação a ata n.º 8/2014, de 08 de abril.

Submetida a votação, a ata n.º 8/2014, de 08 de abril, foi aprovada por maioria com uma abstenção do Presidente do Município de Arganil que no decurso da reunião se ausentou por motivos atendíveis.

Antes da Ordem do Dia

Análise do modelo de promoção da Região de Coimbra, no âmbito da Turismo Centro de Portugal

O Presidente do CI, João Ataíde, deu a palavra ao 1.º Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal, Jorge Bento, que referiu que era suposto o Dr. Pedro Machado fazer, nesta

reunião, a apresentação do Plano de Marketing da Região Centro, proporcionando ao CI uma boa ocasião para refletir com a Turismo do Centro o modelo de promoção da Região de Coimbra no âmbito ou seja, o modo como está a ser feita a promoção da região de Coimbra no âmbito dessa Entidade. Salientou o facto de haver críticas aos conteúdos promocionais existentes e sobretudo há uma sensação generalizada de que a região de Coimbra não é tratada com a relevância que merece. Assim, embora não seja possível hoje ter essa discussão o secretário executivo apelou a que esse debate seja realizado na próxima reunião do CI em que estará presente o Presidente da Turismo do Centro, Pedro Machado.

O Presidente do CI sabe que todos os municípios têm ambições legítimas no âmbito do turismo e reconhece que existe por parte destes muito trabalho produzido. Salientou que a Região de Coimbra se encontra desvalorizada em termos de promoção turística, que o potencial "Coimbra Património Mundial" irá servir como "alavanca" para os visitantes desta região, entendendo que se deve começar a recolher a informação junto dos municípios para se fazer um bom *site* de promoção da região.

Deu conta que os municípios não têm enviado as suas propostas a esta Comunidade Intermunicipal, solicitando a melhor atenção de todos nesta matéria.

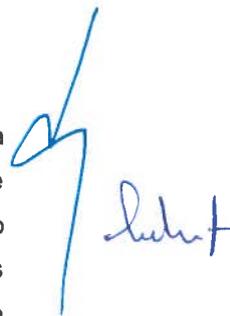
Participação em eventos promovidos pela NERC – Associação Empresarial da Região de Coimbra

O Presidente do CI, referiu que a NERC tem pressionado a Comunidade Intermunicipal a estar presente em todos os eventos por ela promovidos. Foi respondido que esta Comunidade iria estar presente nos eventos com uma abrangência suficientemente alargada e quando assim se justificasse.

Intervenções Territoriais Integradas (ITI)

Tomou a palavra o Presidente da Câmara de Montemor o Velho, Emílio Torrão, pretendendo sensibilizar os presentes para a necessidade de se avançarem com os trabalhos preparatórios de elaboração de uma ITI para a região de Coimbra, dizendo haver um trabalho a fazer que implica concertação entre os municípios integrantes desta Comunidade Intermunicipal e outros parceiros e entidades públicas ou privadas. Antevê que a preparação dessa ITI vai ser demorada e, por essa razão, gostaria que o assunto fosse tratado com alguma celeridade. Propôs duas hipóteses: a nomeação de uma equipa de trabalho ou pedido de apoio à Mateus e Associados para que dê alguma indicação nesta área. Sugere como áreas dessa ITI a Regeneração Urbana, Eficiência Energética e Inclusão Social, Cadastro Universal e Turismo.

O Presidente do CI recordou que depois de definido o plano estratégico podem as ITI ser definidas em termos práticos, concordando com a inclusão dos quatro fatores (regeneração urbana, cadastro universal, turismo e inclusão social). Propôs o recrutamento de um técnico, no âmbito do cadastro universal, salientando ser uma das competências da Comunidade Intermunicipal conforme ficou combinado em reuniões anteriores.



Ordem do Dia

1. Informações

1.1. Reunião com Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL)

O Presidente do CI referiu que foram abordadas duas questões com o STAL: a primeira relacionada com os direitos laborais que, na óptica do STAL não estão a ser devidamente enquadrados; a segunda prende-se com o horário de trabalho, tendo o Presidente do CI alertado que se aguarda o parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República onde ficará definido se as autarquias têm autonomia para fixar o horário de trabalho. Acrescentou que por outro lado se aguarda a entrada em vigor da Lei da Contratação dos Funcionários Públicos. O Presidente do CI comunicou ao STAL que não aceita que a privatização da EGF ponha em causa os direitos dos trabalhadores da ERSUC receando que a sua privatização coloque em causa esses direitos. Informou ainda que pretende reportar este assunto ao Conselho de Administração da empresa na próxima assembleia- geral da ERSUC.

A Vice-Presidente do Município de Cantanhede, referiu que este assunto foi presente em Reunião de Câmara e posteriormente em Assembleia Municipal tendo ficado decidido votar contra a privatização. Demonstrou alguma reserva em relação às fundamentações invocadas, nomeadamente à necessidade de as câmaras estarem dentro do processo para poder controlar os preços quando na realidade não existe qualquer controle.

O CI tomou conhecimento.

1.2. Candidatura para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para combate em incêndios em espaços naturais

O Presidente do CI informou os presentes que o ministro da Administração Interna tem vindo a imputar o atraso no processo de atribuição dos EPI às Comunidades Intermunicipais. Por essa razão será emitido um comunicado que vai esclarecer toda a evolução do processo.

O Secretário Executivo da CIM pediu que esse comunicado seja apenso à presente ata como anexo número um. Finalizou, dizendo que este processo burocrático é complexo, tem matérias que ultrapassam a Comunidade Intermunicipal, nomeadamente a demora pela aprovação do POVT e pela DGAJ pelo que a CIM deve declinar qualquer responsabilidade no atraso da entrega dos equipamentos.

Submetida a votação, foi aprovado, por unanimidade, enviar o comunicado às Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários, Corporações de Bombeiros e Comandos Distritais de Operações de Socorro.



1.3. Adenda ao Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global

Foi apresentada, nesta sessão de trabalho do Conselho Intermunicipal (CI), conforme informação EAT n.º 23/2014, a minuta de adenda ao Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global entre o Mais Centro e a Comunidade Intermunicipal-RC.

O CI deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta de adenda ao contrato de delegação de competências com subvenção global.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para surtir efeitos imediatos.

1.4. Deliberação da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Centro - Mais Centro

O Presidente do CI apresentou a informação EAT n.º 22/2014, na qual se propõe tornar elegível o cofinanciamento comunitário com a afetação de 15% dos custos associados às despesas com vencimentos e outros encargos do 1.º Secretário Executivo Intermunicipal.

O CI tomou conhecimento

1.5. Realização de reunião de trabalho sobre empreendedorismo social, promovido pelo IES

O Secretário Executivo da CIM esclareceu que o Instituto de Empreendedorismo Social solicitou à Comunidade Intermunicipal, o apoio logístico que passa pela organização e divulgação de uma sessão de trabalho, no auditório desta comunidade, no dia 27 de maio.

Solicitou aos Presidentes que divulgassem o melhor possível a iniciativa.

O Presidente do CI entende que a questão do empreendedorismo social está na ordem do dia e veio alterar quase toda a filosofia de apoio social, que até agora era muito existencialista.

O CI deliberou, por unanimidade, autorizar o apoio logístico para a realização do workshop em Inovação e Empreendedorismo Social, a realizar no dia 27 de maio, no Auditório desta Comunidade Intermunicipal.

Neste momento entrou na reunião o presidente da Câmara Municipal de Coimbra, que tomou o seu lugar no Conselho.

2. Propostas

2.1. Validação do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região de Coimbra (PEDRC)

O Presidente do CI disse tratar-se da validação do PEDRC enquadrado com o Acordo Parceria quer com Plano Regional e que será uma base de trabalho para ações ao nível das intervenções territoriais.

Interveio o Presidente do Município de Coimbra, dizendo que o Plano apresentado pela consultora Augusto Mateus & Associados está vocacionado para uma análise da ex-CIM BM e ex-CIM PIN ignorando quase por completo a nova entidade, Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra. Referiu que considera que o documento evidencia uma grande ênfase da componente da atividade rural e não tem o mesmo enfoque da componente urbana sublinhando a falta de referência, na Iniciativa Estruturante 4, a Coimbra Património Mundial da Humanidade e à cidade enquanto alavanca potencial turístico da região. Referiu ainda a ausência total de políticas de incremento à reabilitação urbana baseadas em medidas de eficiência energética e na habitação social.

Julga que o Plano tem falta de enquadramento com a estratégia RIS3, é omissa na sugestão de modelo concreto de monitorização e ajustamento de medidas e resultados, tornando os municípios vulneráveis a nível da NUTII. Salientou a ausência de matriz concreta de negociação dos pactos para o desenvolvimento e coesão, bem como das fichas de projeto municipais bem como não identifica os montantes financeiros a associar aos respetivos projetos municipais importantes por forma a construir a base negocial da ITI. Contesta igualmente o facto do Município de Coimbra ser o único que não está coberto por uma DLBC, criticando o facto do Plano Estratégico ser omissa e portanto passivo nessa inaceitável discriminação negativa.

Considera ainda ser de especial importância a referência aos montantes financeiros a associar aos projetos municipais.

Tomou a palavra a Presidente do Município de Góis, lamentando o facto da consultora Augusto Mateus não ter ouvido uma única entidade de Góis. Salientou a falta de diferenciação para os territórios de baixa densidade, referindo que poderia haver uma majoração nos critérios de análise dos projetos submetidos por promotores dos territórios de baixa densidade. Em seu entendimento deveria ser reconhecido o potencial cinegético da região, deixando um voto de protesto porque o seu município não se revê em nada no documento apresentado pela empresa.

Interveio o Presidente do Município de Tábua referindo não encontrar qualquer referência à rede de bibliotecas e mencionou que foi proposta em reunião de câmara a construção de um aeroporto *low cost* em Coimbra, bem como um comboio temático desde Coimbra até Madrid por considerarem que isso atrairia turistas para a região.

O Presidente do CI deu nota que se trata de um PEDRC elaborado a partir de documentos de diagnóstico com base nas anteriores NUT III, demonstrando contudo uma visão para a área do território que está em sintonia com o programa operacional regional que por sua vez também está alinhado com o acordo de parceria. No seu entender, este documento está melhor que a primeira versão, pois define objetivos mais claros e mensuráveis para a região, reconhecendo que poderá estar pouco prospectivo mas possui *guide lines* bem definidas. Recordou que foram consultadas todas as autarquias para que dessem nota dos projetos que consideravam de dimensão regional.

O Vice-Presidente do CI, José Carlos Alexandrino, manifestou concordância com o que foi dito. Porém entende que neste momento não se consegue reverter o Plano, considerando que talvez possam ser feitos alguns ajustes.

O Presidente de Montemor -o-Velho observou que o trabalho da empresa não está acabado e por isso entende que não deve ser pago.

O Presidente do Município da Lousã compreende o que foi dito em termos de visão e estratégia pelos seus pares, assim como conhece os constrangimentos verificados. Finalizou, referindo a falta de acompanhamento por parte dos municípios nesta matéria dando como exemplo a realização de uma reunião na anterior CIM-PIN com a Augusto Mateus em que apenas participaram quatro municípios.

O Presidente do CI assume que se poderá propor à Augusto Mateus que a Comunidade entende que todos os concelhos têm características específicas e adequadas para beneficiarem dos projetos de desenvolvimento local de base comunitária.

O CI deliberou, por unanimidade, retomar este assunto em próxima reunião do Conselho Intermunicipal.

2.2. Proposta de Constituição do Conselho Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal

Pelo Presidente do CI foi presente a proposta de Constituição do Conselho Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal constituído por representantes das instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção no domínio dos interesses intermunicipais. Pelos presentes foram sugeridas a inclusão de várias entidades nomeadamente: União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, Associação de Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego e Grupos de Ação Local (ADIBER, ADICES, ADELO, DUECEIRA e Terras de Sicó).

O CI deliberou, por unanimidade, aprovar a Constituição do Conselho Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal com a inclusão das seguintes entidades União das Instituições Particulares de Solidariedade Social, Associação de Beneficiários da Obra de Fomento Hidroagrícola do Baixo Mondego e Grupos de Ação Local da região.



2.3. Bolsa de Eventos Regionais 2014 / Turismo Centro de Portugal

O Presidente do CI disse ter sido pedido a todos os municípios que indicassem os três maiores eventos plurianuais da região a fim de serem tomados em consideração na estratégia promocional do Turismo Centro de Portugal.

Interveio o Secretário Executivo Intermunicipal afirmando ter alguns contributos, considerando tratar-se de uma tarefa difícil de entre vários escolher apenas três eventos. Sugeriu que a análise do documento seja feita em primeiro lugar junto da direção da CIM para posterior aprovação.

O CI deliberou por unanimidade, aguardar a proposta da direção da CIM.

2.4. Assinatura de protocolos com as corporações de Bombeiros no âmbito da candidatura para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para combate em incêndios em espaços naturais

O Presidente do CI, referindo-se à assinatura de protocolos com as corporações de Bombeiros no âmbito da candidatura para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para combate em incêndios em espaços naturais, disse que se deverá realizar, primeiramente, a reunião com os Bombeiros dando conta da situação.

O CI tomou conhecimento.

2.5. Aprovação da Candidatura ao Programa de Assistência Técnica do Mais Centro, 2014 e 2015

O Presidente do CI deu conhecimento que a Comissão Diretiva do Programa Operacional do Centro, em reunião de 7 de abril último, deliberou aprovar a candidatura ao Programa de Assistência Técnica do Mais Centro, 2014 e 2015 no montante de 753.929,25 euros.

O CI deliberou por unanimidade ratificar o despacho do Presidente do CI que assinou o Contrato de Financiamento da operação de Assistência Técnica do Mais Centro, 2014 e 2015, bem como tomar conhecimento da aprovação pela Comissão Diretiva do Programa Operacional do Centro.

2.6. Delegação de competência no Secretário Executivo avocada pela Comunidade Intermunicipal

O Presidente do CI esclareceu que são da competência do Secretário Executivo da CIM diversas tarefas na área da Proteção Civil (alínea d), do Artigo 96º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro). Por entender ser matéria iminente política e por ser essa competência passível de ser avocada pelo CI, propõe essa avocação. Saliu que o trabalho técnico será desenvolvido pelo comando distrital, que fará a gestão dos meios disponíveis em situações de combate ao incêndio, dando ainda nota que irá convocar uma reunião conjunta com os vários operadores, para uma definição do Plano de Combate aos Incêndios que normalmente era feito pelo Governo Civil.

Propõe assim que essa competência lhe seja delegada.

O CI deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta do Presidente do CI

3. Projetos Intermunicipais

3.1. Proposta de Regulamento para Concurso Regional de Empreendedorismo “Construir Futuros na Região de Coimbra” – Edição 2014

Foi presente a informação EAT n.º 25/2014, dando conta da proposta de regulamento para o Concurso Regional de Empreendedorismo “Construir Futuros na Região de Coimbra” – Edição 2014. O Presidente do CI colocou o assunto à discussão não tendo sido suscitadas quaisquer dúvidas ao mesmo passou-se à sua votação.

O CI deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Regulamento para Concurso Regional de Empreendedorismo “Construir Futuros na Região de Coimbra” – Edição 2014

4. Serviços de Contabilidade

4.1. Resumo Diário de Tesouraria

Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria na importância de 522.169,43€ (quinhentos e vinte e dois mil, cento e sessenta e nove euros e quarenta e três cêntimos) referente ao dia doze de maio de 2014. Não houve qualquer pedido de intervenção ou de esclarecimentos relativo ao documento presente para apreciação.

O CI tomou conhecimento do Resumo Diário de Tesouraria referente ao dia 12 de maio, que passa a constar da presente ata como anexo.

5. Outros assuntos

5.1 Ação Judicial por encerramento e desclassificação dos Tribunais Judiciais

Foi presente o ofício n.º 1954, de 30 de abril, do Município de Penela solicitando a discussão do encerramento e desclassificação dos tribunais Judiciais neste conselho intermunicipal.

Tomou a palavra o Presidente do Município de Penela tendo este sugerido que esta Comunidade se pronuncie formalmente sobre o encerramento e desclassificação dos tribunais, pois tem legitimidade para defender os interesses da região e dos municípios que a compõem, sugestão subscrita pelos restantes Presidentes que teceram alguns considerandos sobre este assunto.

O Presidente do CI fez uma breve resenha temporal da Organização Judiciária, referiu que não concorda com a solução encontrada pela Ministra da Justiça que avançou com a reforma total de uma forma obstinada. Recordou que enquanto Comunidade Intermunicipal-BM já foi demonstrada preocupação com o projeto de Decreto-Lei que anunciava a extinção de alguns tribunais, nomeadamente Mira e Soure. Em relação à ação judicial interposta referiu ter algumas dúvidas do êxito da ação, sugerindo que esta Comunidade crie um documento demonstrando preocupação e mostrando a desqualificação de retirar as valências e bem como tornando pública a posição.

O CI deliberou por unanimidade redigir um documento de contestação às medidas preconizadas na reforma do mapa judiciário.

De tudo o que ocorreu no decurso dos trabalhos, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente do CI, João Ataíde, e pela Técnica Lucinda Fernandes, que secretariou a reunião.

Coimbra, 26 de maio de 2014

Presidente do Conselho Intermunicipal
da CIM Região de Coimbra

(João Albino Rainho Ataíde das Neves)

A Técnica que secretariou a reunião

(Lucinda Fernandes)